

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS



Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



QUEM PODE EXISTIR NA ESCOLA?
Currículo, gênero, sexualidade e formação docente

Vitória Rayssa Holanda da Silva¹
Sirlene Mota Pinheiro da Silva²

Resumo: Este artigo analisa as relações entre currículo, gênero, sexualidade e formação docente, problematizando quem pode existir e ser reconhecido no espaço escolar. Parte-se da compreensão de que a escola é atravessada por relações de poder que produzem normas, silenciamentos e hierarquias, incidindo diretamente sobre os corpos e as identidades. O objetivo do estudo é discutir como o currículo e os processos de formação inicial e continuada de professores/as contribuem para a normalização ou contestação das identidades de gênero e sexualidade na educação básica. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico, desenvolvido a partir de resenhas críticas elaboradas na disciplina *Sexualidade, Cultura e Educação*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em diálogo com autoras e autores como Tânia Mara Cruz (2014), Guacira Lopes Louro (2003), Tomaz Tadeu da Silva (1999) e Sirlene Mota Pinheiro da Silva (2022). Os resultados apontam a centralidade da formação docente crítica para o enfrentamento de contextos conservadores e para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, comprometidas com a diversidade, os direitos humanos e a justiça social.

Palavras-chave: Currículo. Gênero. Sexualidade. Formação docente. Diversidade.

WHO CAN EXIST IN SCHOOL?
Curriculum, Gender, Sexuality, and Teacher Education

Abstract: This article analyzes the relationships between curriculum, gender, sexuality, and teacher education, questioning who can exist and be recognized within the school environment. It is based on the understanding that schools are permeated by power relations that produce norms, silences, and hierarchies, directly affecting bodies and identities. The aim of the study is to discuss how curriculum and initial and continuing teacher education processes contribute either to the normalization or to the contestation of gender and sexual identities in basic education. Methodologically, this is a theoretical study developed from critical reviews produced in the course *Sexuality, Culture and Education* of the Graduate Program in Education at the Federal University of Maranhão

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Pesquisa sobre gênero, sexualidade, cultura e práticas pedagógicas. E-mail: vitória.holanda@discente.ufma.br

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP (2015). Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Pesquisadora e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE/UFMA). E-mail: sirlene.mota@ufma.br

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



(UFMA), in dialogue with authors such as Tânia Mara Cruz, Guacira Lopes Louro, Tomaz Tadeu da Silva, and Sirlene Mota Pinheiro da Silva. The findings highlight the central role of critical teacher education in confronting conservative contexts and in fostering inclusive pedagogical practices committed to diversity, human rights, and social justice.

Keywords: Curriculum. Gender. Sexuality. Teacher education. Diversity.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre corpos, gênero e sexualidade têm ocupado lugar central nos debates educacionais contemporâneos, diante das disputas políticas, culturais e curriculares presentes na escola. Essas dimensões não são naturais, mas produzidas historicamente por discursos e normas que definem o que é considerado legítimo ou aceitável. A escola participa desse processo por meio do currículo oficial e do currículo oculto, produzindo classificações, silenciamentos e hierarquias que afetam as experiências dos sujeitos.

Gênero e sexualidade, portanto, não se restringem a conteúdos a serem abordados pontualmente, mas constituem categorias que atravessam a organização escolar e as práticas pedagógicas. Mesmo quando esses temas são silenciados, a escola ensina sobre eles ao reproduzir normas heterocisnormativas³ que regulam corpos, afetos e identidades. A relevância desse debate se intensifica no contexto brasileiro contemporâneo, marcado pelo avanço de discursos conservadores e por tentativas de restringir discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, o que tem fragilizado políticas públicas voltadas à diversidade e fortalecido práticas de silenciamento. Nesse sentido, refletir sobre essas questões também implica reafirmar o compromisso da educação com os direitos humanos e a justiça social.

No âmbito da formação docente, essas disputas tornam-se ainda mais evidentes. Professores/as enfrentam tensões entre o que aprendem nos espaços formativos e o que

³ Normas heterocisnormativas são um conjunto de regras sociais e crenças que definem a cisgeneridade (identificar-se com o gênero de nascimento) e a heterossexualidade (atração pelo sexo oposto) como as únicas formas “naturais” e válidas de ser.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



conseguem efetivar nas condições reais de trabalho. A fragilidade desses debates na formação inicial e as limitações da formação continuada contribuem para a reprodução de práticas pouco sensíveis à diversidade. Por outro lado, experiências formativas críticas mostram que a formação pode constituir-se como espaço de resistência e de construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Diante desse cenário, o artigo discute como corpos, gênero e sexualidade são compreendidos no campo educacional, articulando com a formação docente e as práticas pedagógicas. Busca-se analisar como discursos curriculares e formativos produzem normatividades, silenciamentos e exclusões, bem como investigar possibilidades de resistência e de construção de práticas educativas críticas e inclusivas, partindo da compreensão do/a professor/a como agente político, cujo trabalho pedagógico é atravessado por disputas de poder, podendo reproduzir e/ou tensionar normas vigentes.

Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico desenvolvido a partir de resenhas críticas elaboradas na disciplina *Sexualidade, Cultura e Educação*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), as quais possibilitaram o diálogo com autores/as dos estudos de gênero, sexualidade e currículo a partir de uma leitura crítica das contribuições teóricas mobilizadas, orientando a discussão sobre fundamentos do tema, tensões entre formação docente e prática pedagógica e possibilidades de intervenção no contexto escolar.

1 PERCURSOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS: currículo, corpos, gênero, sexualidade e formação docente

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a discussão do artigo, articulando currículo, gênero, sexualidade, corpo e formação docente como dimensões interligadas na produção das identidades na educação básica. Parte-se da compreensão de que essas categorias não são isoladas, mas se entrelaçam na constituição dos sujeitos escolares, atravessadas por relações de poder que atuam na organização dos saberes e nas

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



práticas pedagógicas. Assim, compreender os processos de normalização e contestação das identidades exige analisá-las de forma integrada.

A subseção 1.1 apresenta contribuições teóricas que compreendem sexualidade, gênero e corpo como construções históricas e discursivas. A subseção 1.2 desloca a discussão para o currículo, analisando como ele participa da produção de identidades e da definição do que é considerado legítimo ou marginal. Por fim, a subseção 1.3 aborda a formação docente e as práticas pedagógicas como espaços em que essas disputas se materializam, entre a reprodução de normas e as possibilidades de transformação.

1.1 Sexualidade, gênero e corpo: contribuições teóricas

A compreensão contemporânea da sexualidade, do gênero e do corpo no campo educacional exige o deslocamento de abordagens essencialistas e biologizantes para perspectivas que reconheçam essas dimensões como construções históricas, sociais e culturais. Nesse sentido, as contribuições de Tânia Mara Cruz, em diálogo com Michel Foucault, e de Guacira Lopes Louro, oferecem aportes teóricos fundamentais para problematizar os modos como a sexualidade e o gênero são produzidos, regulados e naturalizados nos espaços sociais, em especial na escola.

No capítulo *Sexualidade em debate*, Tânia Mara Cruz (2014) questiona concepções que tratam a sexualidade como um dado natural, universal e imutável da experiência humana. Ao dialogar com Foucault, a autora sustenta que a sexualidade não preexiste aos discursos que a nomeiam, classificam e organizam, mas é produzida historicamente por meio de relações de poder, saber e normatização. Essa perspectiva desloca o debate da sexualidade do campo exclusivamente biológico para o campo político e cultural, evidenciando que os modos de viver o desejo, o prazer e o corpo variam conforme os contextos históricos.

A partir dessa abordagem, Cruz enfatiza que a sexualidade moderna se constitui por meio de um dispositivo histórico, entendido como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos e instituições - tais como a medicina, a pedagogia, o direito, a religião

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



e o Estado - que passam a incidir diretamente sobre os corpos e os comportamentos. O poder, nesse sentido, não se limita a reprimir ou silenciar o sexo, mas atua de forma produtiva, criando categorias, identidades e normas que definem o que é considerado legítimo, normal ou desviante.

Ao retomar a crítica foucaultiana à chamada hipótese repressiva, Tânia Mara Cruz destaca que a ideia de uma repressão sexual generalizada a partir do século XVII simplifica e obscurece a complexidade das formas de poder que passam a operar sobre a sexualidade. Embora houvesse regulações morais e religiosas, especialmente no âmbito do casamento, é apenas a partir do final do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, que a sexualidade se torna um objeto privilegiado de intervenção científica, pedagógica e médica. Nesse período, intensificam-se os discursos que buscam produzir verdades sobre o sexo, transformando-o em campo de saber especializado.

É nesse contexto que se consolidam estratégias específicas de controle da sexualidade, amplamente discutidas por Cruz (2014) que integram o que Foucault denomina biopoder, uma forma de poder que atua diretamente sobre a vida, regulando corpos e populações. Temos:

A sexualidade das mulheres, inclusive criando a figura da mulher nervosa (histérica); A pedagogização do sexo da criança, vendo a sexualidade infantil como tendência natural, mas com necessidade de controle adulto; As políticas sociais sobre as condutas procriativas, diminuindo ou aumentando a natalidade, conforme os interesses do Estado; E, por fim, a psiquiatrização do prazer perverso, criando a ideia de anomalias e desvios entre adultos, que deveriam ser vigiados e, reconduzidos aos padrões da sociedade, particularmente com a homossexualidade. (p. 48)

Para a autora, o biopoder não atua apenas pela repressão, mas principalmente pela produção de discursos e normas que passam a ser incorporados pelos sujeitos como naturais. Durante esse processo, a regulação se dissemina por diferentes espaços sociais, como a família, a escola, os serviços de saúde e os meios de comunicação.

Em *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, a autora rompe com concepções essencialistas que tratam gênero e sexualidade como atributos naturais dos sujeitos, propondo compreendê-los como efeitos de discursos produzidos historicamente em meio a relações de poder. Ancorada no pós-estruturalismo,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Louro (2003) desloca o debate educacional da suposta neutralidade para o reconhecimento de que a escola é um espaço profundamente implicado na produção de normas, identidades e hierarquias sociais.

Ao discutir a emergência do conceito de gênero no interior dos Estudos Feministas, Louro (2003) evidencia que sua introdução representou uma ruptura com explicações baseadas no determinismo biológico. O gênero passa a ser compreendido como uma categoria analítica que permite problematizar desigualdades não como reflexo de diferenças naturais entre homens e mulheres, mas como construções culturais e discursivas. Nessa perspectiva, ser homem ou mulher, assim como vivenciar determinadas sexualidades, resulta de processos sociais de significação que se inscrevem nos corpos e moldam as experiências dos sujeitos.

Inspirada em Michel Foucault (1926 – 1984), Louro (2003) compreende gênero e sexualidade como efeitos de redes discursivas que atravessam os sujeitos e os constituem. O poder não é algo que se possui ou se exerce de forma unilateral, mas um conjunto de relações que circulam, produzem saberes e normatizam comportamentos. As identidades de gênero e sexualidade, portanto, não são fixas ou estáveis, mas constantemente construídas, negociadas e tensionadas. Esse entendimento permite superar leituras que reduzem os sujeitos à vitimização, reconhecendo-os também como agentes capazes de resistência.

No âmbito educacional, a escola é um potente dispositivo de normalização dos corpos. Por meio de regras, rotinas, currículos, avaliações e materiais didáticos, a instituição escolar ensina modos de ser, de agir e de se relacionar com o próprio corpo e com o outro. A separação de meninos e meninas, a valorização de determinadas expressões de masculinidade e feminilidade e o silenciamento de experiências dissidentes evidenciam como a escola participa da produção de normas e hierarquias (Louro, 2003).

A ausência de debates sobre diversidade no currículo não é neutra, mas constitui uma estratégia de poder que regula os corpos e define experiências legítimas. As práticas pedagógicas críticas podem tensionar normas naturalizadas e abrir espaço para o

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



reconhecimento da diversidade, atribuindo à educação um papel político fundamental na promoção da justiça social. Segundo a autora:

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas”). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (p. 64).

Enquanto Cruz, apoiada em Foucault, evidencia o funcionamento do dispositivo da sexualidade e do biopoder na fabricação de identidades e hierarquias, Louro desloca essa análise para o campo educacional, demonstrando como tais dispositivos se materializam nas práticas escolares que produzem masculinidades, feminilidades e sexualidades consideradas legítimas. Nesse sentido, a escola integra o próprio dispositivo da sexualidade ao organizar saberes, regular comportamentos e silenciar experiências, participando da produção de sujeitos generificados e sexualizados. Contudo, se o poder produz normas, ele também abre possibilidades de resistência, tornando a educação um campo estratégico tanto de naturalização quanto de tensionamento das verdades instituídas.

1.2 Currículo, poder e produção de identidades

A compreensão do currículo como um campo neutro de transmissão de conhecimentos tem sido amplamente questionada pelas teorias pós-críticas, especialmente a partir das contribuições de Tomaz Tadeu da Silva (1999). Em *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*, o autor propõe um deslocamento conceitual fundamental ao compreender o currículo como uma prática discursiva, atravessada por relações de poder que produzem sentidos, saberes, identidades e diferenças.

Com ênfase às *teorias pós-críticas*, Silva (1999) problematiza a noção de neutralidade curricular ao evidenciar que todo currículo implica escolhas, exclusões e hierarquizações. Ao selecionar determinados saberes em detrimento de outros, o currículo

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



participa ativamente da produção de identidades sociais, culturais, raciais, de gênero e sexuais. Assim, o conhecimento escolar não é exterior às relações de poder, mas constitui parte de sua engrenagem, contribuindo para a naturalização de normas e para a manutenção de desigualdades historicamente construídas.

Conforme Silva (1999, p. 85), o multiculturalismo surge nos países dominantes do Norte e é discutido sob duas vertentes principais: uma que o entende como movimento legítimo de reivindicação de grupos culturais dominados por reconhecimento, e outra que o vê como tentativa de resolver conflitos gerados pela presença de diferentes grupos étnicos e raciais nas culturas nacionais. O autor ressalta que “de uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigaram essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço.”.

Inicialmente restrito à antropologia, o multiculturalismo ganha força como campo político e educacional ao enfatizar a importância da diversidade cultural. Para Silva (1999, p. 88):

A perspectiva liberal ou humanista enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas ideias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as culturas. Da perspectiva mais crítica, entretanto, essas noções deixam intactas as relações de poder que estão na base da produção da diferença.

Observa-se que o autor provoca uma revisão profunda das bases do currículo multiculturalista, deslocando o foco da simples convivência entre culturas para a análise crítica das relações de poder que as estruturam. Ao questionar a noção de uma “cultura comum”, ele evidencia que o currículo tradicional reproduz valores eurocêntricos e mantém hierarquias culturais historicamente consolidadas. Dessa forma, a proposta não se limita à inclusão simbólica da diversidade, mas à transformação dos critérios que definem o que é reconhecido como conhecimento legítimo no espaço escolar.

Ao discutir a igualdade no currículo, Silva (1999, p. 90) argumenta que “o multiculturalismo nos faz lembrar que a igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso hegemônico existente”, mas por meio de transformações substanciais na forma como o conhecimento é produzido e selecionado. O autor finaliza

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



o pensamento constatando que “não haverá ‘justiça curricular’ [...] se o cânon curricular não for modificado para refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria”.

Silva (1999) também amplia o debate para outras dimensões da diferença, como a discussão sobre as relações de gênero e a pedagogia feminista, por exemplo, evidencia que o currículo também é produtor de identidades masculinas e femininas. O feminismo, segundo o autor, mostra que as estruturas de poder são sustentadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado, que gera desigualdades de gênero e exclusão no acesso ao conhecimento.

O currículo como narrativa étnica e racial é outro ponto central da análise. Silva destaca que as identidades raciais e étnicas estão intimamente ligadas às relações de poder que opuseram o homem branco europeu às populações colonizadas. O autor afirma que o texto curricular está impregnado de narrativas que perpetuam a herança colonial e o racismo institucional. Para ele, um currículo multicultural crítico deve ser político e voltado à desconstrução dessas narrativas, questionando as causas históricas e discursivas do racismo.

A *teoria queer*, por exemplo, busca desconstruir as identidades sexuais e de gênero normalizadas. Ao propor o “estranhamento” como categoria analítica, a teoria queer desafia a heteronormatividade⁴ e questiona a forma como a sexualidade é silenciada nos currículos escolares. Essa abordagem amplia o debate sobre identidade e destaca que o conhecimento escolar deve incluir e legitimar a diversidade sexual como parte do sujeito.

A análise pós-estruturalista do autor evidencia que o currículo não é neutro, mas atravessado por relações de poder que determinam quais saberes são valorizados e quais são marginalizados. Ao problematizar a noção de sujeito e o papel do discurso na produção do conhecimento, essa perspectiva prepara o terreno para a crítica pós-colonial,

⁴ Heteronormatividade é um sistema social e cultural que assume a heterossexualidade como a única forma “natural”, normal e correta de orientação sexual e expressão de gênero.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



que amplia a reflexão para a dimensão histórica e global das desigualdades mobilizada para denunciar a permanência do eurocentrismo e das representações do “outro” como inferior ou irracional.

Silva (1999) defende um currículo multicultural que articule conhecimento, poder e cultura, reconhecendo tanto os mecanismos de dominação quanto às formas de resistência cultural. Nessa perspectiva, o currículo é entendido como um espaço de conflito e negociação entre culturas, saberes e identidades. Os Estudos Culturais, analisados pelo autor, enfatizam que a cultura constitui um campo de disputa pela significação social, no qual se entrelaçam poder, identidade e conhecimento, mostrando que o currículo não se limita a conteúdos escolares, mas configura-se como uma construção social marcada por disputas e interesses.

Por fim, ao propor compreender a pedagogia como cultura e a cultura como pedagogia, Silva amplia o horizonte da análise curricular, evidenciando que os processos educativos extrapolam os muros da escola. Filmes, músicas, imagens e discursos midiáticos ensinam modos de ser, sentir e desejar, participando da formação das identidades contemporâneas. Repensar o currículo implica reconhecer sua dimensão política e cultural, bem como sua responsabilidade na produção das diferenças e das desigualdades.

Ao reunir as discussões sobre multiculturalismo, feminismo, teoria queer, pós-estruturalismo e pós-colonialismo, Silva (1999) constrói um campo analítico integrado que permite compreender o currículo como espaço privilegiado de produção das diferenças. O multiculturalismo crítico evidencia que a diferença cultural é efeito de relações históricas de dominação; a pedagogia feminista revela o currículo como artefato generificado; a teoria queer tensiona a heteronormatividade e a rigidez identitária; e as abordagens pós-estruturalistas e pós-coloniais demonstram que o sujeito é efeito de discursos e que o cânone curricular participa da reprodução de narrativas eurocêtricas e coloniais.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Nesse entrelaçamento de gênero, raça, sexualidade e cultura, o currículo opera como narrativa autorizada que seleciona saberes, legitima representações e define quais identidades são permitidas no espaço escolar. Longe de ser neutro, ele estabelece fronteiras simbólicas entre o normal e o desviante, o legítimo e o marginal, produzindo inclusões e exclusões que estruturam as subjetividades. Assim, discutir essas categorias implica não apenas ampliar conteúdos, mas problematizar os critérios que definem o que conta como conhecimento, reconhecendo o currículo como tecnologia cultural implicada tanto na reprodução das desigualdades quanto na possibilidade de transformação social.

1.3 Formação docente e práticas pedagógicas

A discussão sobre gênero, sexualidade e corpo no contexto educacional exige, necessariamente, uma análise da formação docente e das práticas pedagógicas que se materializam no cotidiano escolar. Conforme demonstrado nas seções anteriores, o currículo atua como prática discursiva e dispositivo de poder, produzindo identidades, normas e exclusões. Nesse cenário, a formação inicial e continuada de professores/as ocupa papel estratégico, uma vez que é por meio dela que se constroem, ou se tensionam, concepções, saberes e práticas relacionadas à diversidade.

Silva, Albuquerque e Motta (2022), ao analisarem a formação docente continuada em contextos marcados por retrocessos políticos e conservadorismo, denominados pelas autoras como “tempos sombrios”, evidenciam que o trabalho com gênero e sexualidade na escola tem sido progressivamente silenciado. Esse silenciamento não ocorre de forma neutra ou ocasional, mas se articula a discursos morais, religiosos e políticos que produzem medo, insegurança e autocensura entre professores/as. As autoras reforçam o que Louro denomina currículo oculto, no qual normas de gênero e sexualidade são ensinadas não apenas pelo que se diz, mas, sobretudo, pelo que se cala. Também afirmam a importância sobre:

[...] a inserção (ou não) das questões de relações de gênero e sexualidade nos currículos de formação inicial, quando ressaltam que esses temas praticamente não são contemplados nos projetos formativos das diferentes disciplinas nos cursos de licenciatura. O que traduz em um “silêncio naturalizado”, como se

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



não fizessem parte do cotidiano vivenciado nas escolas e como se não estivessem ligados aos aspectos sociais e políticos, relevantes para a educação. (p. 180)

No âmbito da formação inicial, observa-se que os cursos de licenciatura, em geral, ainda apresentam fragilidades no trato sistemático das questões de gênero e sexualidade. Muitas vezes, tais temas aparecem de forma pontual, optativa ou transversal, sem aprofundamento teórico ou metodológico. Essa lacuna formativa contribui para que professores/as ingressem na escola sem instrumentos conceituais e pedagógicos suficientes para enfrentar situações de discriminação, violência simbólica e exclusão vivenciadas por estudantes cujos corpos, identidades e afetos escapam às normas hegemônicas.

A formação continuada, por sua vez, surge como espaço privilegiado para a problematização dessas lacunas, mas também se mostra atravessada por limites estruturais e políticos. Conforme apontam Silva, Albuquerque e Motta (2022), programas formativos voltados à diversidade frequentemente ocorrem em condições precárias: sobrecarga de trabalho docente, falta de apoio institucional, escassez de recursos e resistência das gestões escolares. Além disso, em contextos de avanço do conservadorismo, tais formações passam a ser alvo de deslegitimação, vigilância e ataques, o que intensifica o clima de insegurança e dificulta a efetivação de práticas pedagógicas críticas.

Esse cenário evidencia que a formação docente não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve ser analisada em articulação com as políticas públicas educacionais. Durante o estudo, as autoras demonstram que as políticas de diversidade no Brasil são marcadas por movimentos de avanços e retrocessos, diretamente relacionados às conjunturas políticas e à existência, ou desmonte, de instâncias institucionais voltadas à inclusão, como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI). Ainda que a LDB (Lei nº 9.394/1996) estabeleça princípios de pluralismo, respeito à diversidade e gestão democrática, a efetivação desses princípios depende de condições políticas e institucionais concretas.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



O distanciamento entre o discurso legal e a prática escolar reforça a compreensão, já apontada por Tomaz Tadeu da Silva, de que o currículo não é apenas um texto normativo, mas um campo de disputas. Nesse campo, as práticas pedagógicas se tornam arenas privilegiadas onde normas podem ser tanto reproduzidas quanto tensionadas. Assim, o trabalho do/a professor/a não se limita à aplicação de conteúdos, mas envolve escolhas éticas, políticas e pedagógicas que incidem diretamente sobre a produção das identidades estudantis. (Silva, Albuquerque e Motta, 2022). A análise das experiências formativas mostra que, mesmo em contextos adversos, surgem possibilidades de resistência.

O Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE) constitui-se uma das ações pioneiras para sensibilizar e formar profissionais da educação no âmbito do ensino público. As metas que dão orientação ao curso GDE estão apresentadas em documentos como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de 2003; no art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica (Lei nº 10.639); no Plano Nacional de Política para as Mulheres, de dezembro de 2004; e no Programa Brasil sem Homofobia, de combate à violência e à discriminação contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, e de promoção da cidadania homossexual, aprovado em março de 2004. (p. 182-183)

A interrupção do Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE), em decorrência dos impasses e das pressões da frente conservadora, evidencia que a formação docente em gênero, sexualidade e diversidade não pode ser concebida como uma ação pontual nem dissociada das condições históricas e políticas que atravessam a escola. Nesse cenário, as iniciativas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade e Educação (GESEPE/UFMA) reafirmam a necessidade de processos formativos contínuos, dialogando com os desafios vivenciados por professores e professoras no cotidiano escolar. Destaca-se a criação do curso Corpos e Diversidade na Educação (CDE), que se configura como um desdobramento e fortalecimento das experiências formativas anteriores.

No cotidiano escolar, a participação de professores e professoras em processos formativos de caráter crítico favorece a construção de estratégias de enfrentamento. Tais estratégias podem se materializar na realização de microprojetos, rodas de conversa,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



atividades interdisciplinares, práticas de escuta ativa dos estudantes e no uso crítico de materiais culturais e midiáticos, como exemplificado pelas experiências desenvolvidas no curso Corpos e Diversidade na Educação (CDE). Nessa direção, o/a docente passa a ser compreendido/a como agente político, capaz de tensionar os discursos que circulam na escola e de produzir fissuras no currículo normativo.

As autoras também alertam que práticas pedagógicas isoladas não são suficientes para promover transformações estruturais. Sem o envolvimento da gestão escolar, das equipes pedagógicas e das famílias, as iniciativas docentes tendem a se fragilizar frente às pressões conservadoras. Esse dado reforça a importância de pensar a formação docente em uma perspectiva coletiva e institucional, articulando escola, universidade e políticas públicas. Trabalhar gênero e sexualidade na escola não significa impor identidades ou valores, mas criar condições para que diferentes formas de existência sejam reconhecidas como legítimas, através de uma pedagogia comprometida com os direitos humanos e com a justiça social.

Ao analisar as contribuições de Silva, Albuquerque e Motta (2022), compreende-se que formação docente, currículo e práticas pedagógicas constituem dimensões indissociáveis de um mesmo campo de disputas. A formação configura-se como prática discursiva que produz saberes, subjetividades e posicionamentos políticos, selecionando temas, legitimando conhecimentos e silenciando experiências. A omissão sobre a temática gênero e sexualidade na formação inicial, é efeito de disputas ideológicas que definem o que pode ser reconhecido como conhecimento legítimo, participando da produção de determinadas identidades profissionais e modos de ser docente.

No âmbito das políticas públicas, a formação continuada revela-se igualmente atravessada por tensões, com avanços e retrocessos que evidenciam a dimensão estatal da disputa curricular. Experiências formativas críticas demonstram que a docência pode operar como espaço de resistência, no qual o/a professor/a interpreta, negocia, reinventa e produz fissuras nos regimes de “verdade” que sustentam exclusões e reconhece a formação como território simultâneo de normatização e de contestação.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



3 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo discutir como o currículo e os processos de formação inicial e continuada de professores/as participam da normalização ou da contestação das identidades de gênero e sexualidade na educação básica. A análise desenvolvida evidenciou que tais dimensões constituem dispositivos centrais na produção e regulação dos sujeitos escolares, operando por meio de práticas discursivas que selecionam saberes, organizam representações e delimitam as condições de reconhecimento no espaço educativo.

No âmbito curricular, demonstrou-se que a produção de identidades não se dá apenas pela inclusão de conteúdos, mas, sobretudo, pela gestão das ausências e pelos regimes de verdade que definem o que pode ser denominado de conhecimento legítimo. O silenciamento de gênero e sexualidade funciona como mecanismo de normalização, reitera padrões heterocisnormativos que estruturam hierarquias simbólicas da sociedade e participam ativamente na fabricação de fronteiras entre o inteligível e o abjeto.

No que se refere à formação docente, evidenciou-se sua dimensão ambivalente. A ausência de abordagem sistemática dessas temáticas na formação inicial tende a reproduzir silenciamentos e a limitar a atuação pedagógica, contribuindo para a consolidação de normas hegemônicas. Contudo, processos formativos críticos revelam potencial de deslocamento, ao ampliar repertórios analíticos e fortalecer práticas comprometidas com a pluralidade e os direitos humanos. A formação configura-se, assim, como espaço estratégico na disputa pelos sentidos da docência e pelas possibilidades de reconhecimento estudantil.

As práticas pedagógicas materializam cotidianamente essa tensão. O/a docente, longe de ser mero executor/a de prescrições, interpreta, rearticula e reconfigura o currículo, podendo tanto reiterar regimes normativos quanto produzir fissuras nos dispositivos que regulam gênero e sexualidade. Desse modo, currículo e formação docente operam simultaneamente como mecanismos de normalização e como campos potenciais de contestação.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Conclui-se que a existência na escola não pode estar condicionada à conformidade com normas hegemônicas de corpo, gênero e sexualidade. A pergunta que orienta o título não se encerra em uma resposta única, mas se mantém como provocação ética e política: a escola pode continuar reproduzindo silenciamentos ou pode se constituir como espaço de reconhecimento, dignidade e pluralidade. Reafirma-se, portanto, que repensar o currículo e a formação docente é condição fundamental para que mais corpos, vozes e existências possam não apenas estar na escola, mas existir plenamente nela.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Tânia Mara. Sexualidade em debate. In: CRUZ, Tânia Mara. *Sexualidade e orientação sexual: cultura e transformação social*. Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2014. p. 35-65.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 184 p.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; ALBUQUERQUE, Zeila Sousa de; MOTTA, Diomar das Graças. Corpos e diversidade na formação docente continuada: possibilidades em tempos sombrios. *Revista Educação e Emancipação*, v. 15, n. 3, 27 Dez 2022 Disponível em:
<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/20561>. Acesso em: 23 nov 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. As teorias pós-críticas. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 85–142.